

INTERDISCIPLINARIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: perspectivas no Brasil atual

Cleidijane Siqueira Santos¹

UFRN; UFAL: <https://orcid.org/0000-0002-9701-6118>

Erivania Medo de Moraes²

UFRN; UERN: <https://orcid.org/0000-0003-1839-6069>

Irene Alves de Paiva³

UFRN: <https://orcid.org/0000-0002-2955-4328>

João Bosco Araújo da Costa⁴

UFRN: <https://orcid.org/0000-0003-4421-728X>

DOI: [10.21680/1982-1662.2021v4n31ID26500](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2021v4n31ID26500)

Enquanto campo de estudo das ciências sociais e objeto de planejamento da ação pública e governamental, as políticas públicas têm uma relevância crucial no contexto brasileiro no que se refere ao atendimento das demandas sociais, bem como, na busca de reduzir as desigualdades sociais seculares e persistentes no país através da criação de programas de desenvolvimento. Assim, em um contexto em que as diversas expressões da questão social são agudizadas e provocam um cenário de desigualdade e palperismo atravessados pela crise social, política, econômica, educacional, na saúde, e em outras áreas, este dossiê se propôs a pensar e discutir as políticas públicas em uma perspectiva interdisciplinar, a fim de colocar para o debate reflexões que pudessem permitir uma análise teórica-metodológica e da realidade social brasileira para pensar em alternativas contra hegemônicas de resistência e de busca para uma futura transformação societária.

¹ E-mail: cleidijane@hotmail.com

² E-mail: moraiserivania@gmail.com

³ E-mail: irenealvesp@gmail.com

⁴ E-mail: joaobac58@gmail.com

Desse modo, os trabalhos que compõem o dossiê estão em consonância com as discussões propostas pelo campo de debate das políticas públicas, sejam em torno das políticas de desenvolvimento, econômicas, educacionais, judiciárias e sociais, que no atual contexto brasileiro, vem sendo temáticas amplamente discutidas em decorrência dos conflitos, das incertezas, de disputas, das correlações de força que rebatem decisivamente na população como um todo, sendo essa, a que mais sofre por ter em seu cotidiano o impacto das ações ou não ações do governo. Nesse interim, em seguida apresentaremos as ideias centrais dos artigos que compõem este dossiê, fruto de um esforço coletivo de docentes/pesquisadores, cujo compromisso ético-político assumido está contra toda e qualquer forma de opressão e retrocessos que vêm sendo arquitetado desde 2016 com o golpe parlamentar.

Assim, o primeiro artigo intitulado “As Emendas Constitucionais 95/2016, 106/2020 E 109/2021: Inter- relações com o Endividamento Público e as Políticas Sociais” elaborado pelos professores Cleidijane Siqueira (UFAL) e João Bosco da Costa (UFRN) tem como objetivo refletir sobre a aprovação das Emendas Constitucionais 95/2016, 106/2020 e 109/2021 e suas relações com o aumento do endividamento público por meio da adoção de medidas, que beneficiam o mercado financeiro em detrimento do atendimento das necessidades da população.

A primeira emenda instituiu um novo regime fiscal por meio do congelamento das despesas primárias em termos reais por vinte anos; as duas últimas foram aprovadas devido ao estado de calamidade pública decretado em 2020 e 2021 em decorrência da pandemia do Coronavírus. A partir da pesquisa qualitativa, bibliográfica e descritiva verificou-se que as medidas adotadas promovem a elevação do endividamento público, mas esse não se traduz em ações que beneficiem a população mais pobre, que arca com os custos do endividamento no presente e também no futuro.

O segundo, denominado “Políticas Públicas de Educação no Contexto Neoliberal: Um Breve Balanço”, escrito pelas docentes Erivânia Morais (UERN), Irene Paiva (UFRN) e Camila dos Santos (UFRN), traz um debate acerca das políticas educacionais em um contexto neoliberal, que demarcou o cenário político brasileiro desde os anos 1990 e tem sido acentuado a partir de 2016 após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, o que fomentou uma agenda de cortes e asfixiamento nas políticas sociais e na educação.

Nesse sentido, evidenciou-se que ao longo desses 30 anos, o ajustamento das políticas educacionais as condicionalidades dos organismos internacionais vêm se consolidando e apesar do processo de renovação política, manteve-se o afinamento com as concepções das agências multilaterais, que a partir dessa ascensão recente das perspectivas conservadoras através do processo de conservação dos ideais hegemônicos elitistas, as políticas educacionais, têm passado por um árduo decurso de ataques, seja em suas estruturas ou na produção e reprodução de representações, ideias, narrativas de eficácia, eficiência, produtivismo da educação numa perspectiva de resultados, afastando-se dos processos de conscientização e formação humanizada.

O terceiro artigo na sequência, de autoria dos advogados e doutorandos Daniel Costa e Rute Maia, com o título, “Política Pública Judiciária de inteligência Artificial: uma análise dos programas de IA utilizados pelo STJ à luz da racionalidade neoliberal” almeja, por meio de uma pesquisa teórico-descritiva, verificar se as características do neoliberalismo se encontram presentes nas ações de IA promovidas pelo Superior Tribunal de Justiça. Assim, busca identificar, na esteira dos ensinamentos de Dardot e Laval (2016), quais as características da racionalidade neoliberal, procurando, além disso, compreender o que vem a ser a política judiciária de IA e como ela tem sido implementada pelo STJ. Ao final, entende-se que a característica da produtividade vinculada à racionalidade neoliberal tem influenciado a política de IA formulada pelo STJ.

Já o quarto artigo do dossiê, dos doutorandos Lindijane Almeida; Raquel Silveira, Brunno Silva, Larissa Marinho, discute “Planejamento Governamental Participativo: estudo do processo de elaboração de Planos Plurianuais do estado do Rio Grande do Norte” tem como objetivo estudar o processo de elaboração dos Planos Plurianuais (PPAs) do estado do Rio Grande do Norte para os períodos de 2016-2019 e 2020-2023, compreendendo avanços e desafios postos ao gestor público para o planejamento participativo, bem como observando se novas práticas foram instituídas a partir das experiências de planejamento. Ainda, investigou-se se, na visão dos gestores, o processo de planejamento participativo possibilitou a aproximação entre o gestor estadual e o cidadão potiguar. Foi realizada pesquisa documental a partir da leitura e análise dos PPAs publicados, além de entrevistas semiestruturadas com gestores estaduais e observação direta. Os resultados da pesquisa indicaram como desafios a ausência de conhecimento prévio dos servidores em relação a conceitos e

elementos relacionados ao planejamento; a falta de credibilidade em processos participativos e em relação ao próprio PPA; dificuldades no monitoramento das ações, além da tímida participação social

Em seguida temos o quinto artigo que trata do “O uso pedagógico da informática na rede pública de educação: um estudo com professores de uma escola da rede municipal de Parnamirim/RN-Brasil”, dos pesquisadores Raimundo Silva, Lílian Cid e da docente e pesquisadora Irene Paiva (UFRN), que tem como objetivo refletir sobre o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica e as experiências dos professores com o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) e a atuação desse programa em suas respectivas práticas docentes. Como questão de partida, procuramos saber como o ProInfo subsidiou o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica aos professores envolvidos no programa de modo a atingir seus objetivos? Do ponto de vista metodológico, apesar de trata-se de uma reflexão teórica, no âmbito de uma abordagem qualitativa, trazemos alguns dados empíricos, para contribuição do conhecimento, sobretudo científico.

A pesquisa se utilizou de procedimentos metodológicos como revisão bibliográfica e documental e realizaram uma análise e, por fim, a reflexão dos dados que foram recolhidos (por meio de entrevistas) e analisados em 2019, como parte de uma pesquisa no campo das Ciências Sociais desenvolvidas em uma escola municipal de Parnamirim/RN, com quatro professores que receberam a capacitação por meio do ProInfo. Contudo, é importante dizer que, não obstante as novas tecnologias serem relevantes para a aprendizagem discente, tais se constituem apenas uma das ferramentas, pelas quais o professor pode desenvolver suas práticas, embora se possa constatar que, a partir desta nossa reflexão, o ProInfo é parte colaborativa nesse processo, de forma efetiva, para se poder pensar uma educação escolar inclusiva e participativa na qual todos/as possam aprender, conforme nos diz muito bem Paulo Freire (1996), usando as palavras de Françoise Jacob: “somos seres programados, mas para aprender”.

No sexto artigo, cujo título é Experiência e representação do abandono e do arruinamento do bairro Jaraguá em Maceió/Brasil, da pesquisadora Gilcileide Silva, que versa acerca do abandono e do arruinamento dos espaços edificados. A finalidade consiste em entender como as pessoas experienciam e/ou representam o abandono e o arruinamento do bairro Jaraguá, institucionalizado como Zona Especial de

Preservação Cultural. Apesar de ser uma zona de preservação cultural, os espaços em estado de abandono como casas, sobrados, armazéns e outras formas edificadas são perceptivos aos olhos do observador. A problemática nos instigou a entender: como as pessoas experienciam o abandono e o arruinamento? Assim, através de uma abordagem fenomenológica em Geografia, utilizou-se de narrativas de moradores e técnicos de órgãos públicos e privados situados no próprio bairro, para relatar suas experiências. Conclui-se que o abandono e o arruinamento são manifestados, enquanto um processo descontínuo, com evidências de um futuro incerto para aqueles que estão “ausentes” e presentes no bairro.

O sétimo artigo trata do “Neoliberalismo e reforma do judiciário no Brasil” de autoria dos pesquisadores Jéssica Correa e Hugo Gonçalves, que tem como objeto a reforma do judiciário brasileiro no período dos governos do PT no Brasil, em centro, os anos 2000. O objetido desta pesquisa é mostrar a subordinação aos ditames das instituições do capital financeiro internacional, o FMI e, principalmente, o Banco Mundial; idealizadores e materializados da política neoliberal no mundo; nas reformas do judiciário brasileiro promovidos nesse período. Tem como objetivos específicos mostrar as reformas que redirecionaram o poder judiciário no Brasil, e a materialização do poder e do ativismo político desse judiciário. Tomamos como perspectiva o marxismo qual toma consciência do objeto de uma forma geral, onde esse não pode ser percebido abstratamente das relações de produção econômica e social qual está inserido, percebe a sociedade dividida em classes, em centro, entre produtores diretos e apropriadores do produto do trabalho, e assim percebe que existem contradições de interesses entre as classes, e que todas as instituições sociais, inclusive o Estado e os seus poderes, são produtos da classe dominante na sua relação com as classes dominadas. Então, Temos como método o materialismo histórico, ao considerarmos na análise os fatos históricos produzidos, e dialéticos, ao percebermos as contradições dos interesses de classes, e o produto como resultados das relações de poder na conjuntura. Consideramos que as reformas e o ativismo político do judiciário brasileiro são elementos que atendem ao ideário neoliberal posto pelas instituições internacionais do capital financeiro, atendendo aos interesses dessa fração do capital dominante frente as demais frações internas do capital e demais classes subalternas.

Em seguida temos o oitavo artigo denominado de “Eficácia do Programa de Regionalização do Turismo nas regiões turísticas do Rio Grande do Norte (2004-2014)”,

dos docentes e pesquisadores Renata Lima (UFAL) e João Bosco Costa (UFRN), cujo objetivo é apresentar e discutir alguns resultados encontrados em uma pesquisa que avaliou a implementação do Programa de regionalização do Turismo nas regiões turísticas do Rio Grande do Norte no recorte temporal de dez anos (2004-2014). Especificamente apresenta os resultados alcançados no âmbito regional, com base no critério de eficácia, que realiza a comparação entre o proposto e o cumprido em determinada política pública. O processo metodológico utilizado nesta pesquisa, incluiu a elaboração de uma matriz de avaliação da implementação, com graus diferenciados de eficácia, além da revisão bibliográfica, pesquisa documental, coleta de dados secundários e pesquisa de campo com visitas aos municípios e regiões pesquisadas, com a realização de 26 entrevistas com atores diretamente envolvidos com a implementação do PRT no Rio Grande do Norte. Os resultados encontrados de acordo com os indicadores de avaliação mostram que a forma de elaboração dos planos de desenvolvimento regionais deve ser revista, para que se insiram efetivamente os atores e realidades locais. Identificou-se que ações de cooperação realizadas nas regiões e a proposição de roteiros turísticos, são pontuais e contam com a predominância de alguns atores regionais. Verificou-se ainda que não existem esforços coordenados coletivos com o objetivo promocional das regiões e que não se tem conseguido coletar os dados necessários ao planejamento do turismo. Conclui-se que a baixa eficácia nos indicadores é decorrente principalmente da insuficiência de recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis para a implementação.

O nono artigo escrito pelo docente/pesquisador Melquesedeque Fernandes (UFERSA), denominado de “O que há de “campo” nas políticas educacionais para o campo?” Traz uma reflexão acerca do campo como um lugar onde prevalecem modalidades de cooperação, baseadas no princípio camponês de reciprocidade. E esse tenderia a deteriorar-se diante do avanço das relações inspiradas no utilitarismo e pragmatismo típico do projeto burguês de sociedade. O tipo de cooperação sociotécnica atribuída ao campesinato - em oposição ao processo de urbanização - é o da ajuda mútua e troca de favores, das quais deduzimos a noção de “reciprocidades”. Para além de sustentar uma forma sócio-histórica de organização coletiva para produção, as reciprocidades também respondem pela produção subjetiva e simbólica de “sujeitos recíprocos”. Nesse texto discutimos o papel educacional da educação do campo no que se refere a promover as práticas de reciprocidades e a produção de

sujeitos recíprocos no contexto de duas políticas educacionais para o campo: o curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Semiárido (Ledoc/Ufersa) e o curso de Ciências Sociais “da Terra” (Proneira/MST/UFRN).

E por fim, a décima pesquisa dos pesquisadores Bruna Salgado, José Albuquerque, Rafaela Lins, Eliabe Souza, Jorge Correia Neto, abordando “Políticas Públicas e o sistema único de assistência social” que traz no debate que a relação entre os homens pode ser definida pelo modo capitalista em que estão inseridos, a partir do momento em que a posse privada de meios de produção e a concentração das riquezas nas mãos da minoria da sociedade, acarretam a exploração e alienação da maioria da sociedade, que não possui meios de produção, gerando uma nova estrutura social. Neste contexto socioeconômico buscou-se investigar como a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pode contribuir para que a Política de Assistência Social possa ser consolidada como uma efetiva política de proteção social no Brasil. A presente pesquisa apresenta abordagem qualitativa e, quanto aos objetivos é descritiva. No tocante aos procedimentos técnicos de investigação, utilizaram-se as pesquisas bibliográficas e a bibliométrica, por meio da consulta a livros, artigos científicos, sites e artigos publicados no Portal de Periódicos do CAPES no período de 2014 a 2019. A partir da análise dos artigos pesquisados e da revisão de literatura foi possível observar que a criação do SUAS constituiu um importante avanço para consolidação da assistência social como política de inclusão social, visto que vem reforçar as ações que já vinham sendo implementadas por outros dispositivos legais. Conclui-se que o principal foco analítico da política pública está na identificação de que, por meio da implementação do SUAS, a Assistência Social chegará a ser consolidada como uma efetiva política de proteção social.

Todas as pesquisas desenvolvidas nesse dossiê são resultados de dissertações ou de teses ainda em processo de desenvolvimento, mas que já elucidam algumas reflexões para pensarmos em formas e alternativas políticas e sociais, para o enfretamento das expressões da questão social que tem sido ampliada como já evidenciamos, assim, esperamos que o dossiê “Interdisciplinaridade e Políticas Públicas” possa suscitar inquietações e, sobretudo, que subsidiem uma análise da realidade para assim, atuarmos na e para a transformação da sociedade de forma a garantir os direitos sociais de forma efetiva.